



PSICOLOGIA, ESPORTE E INCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS

Deborah Christina Lopes Hoffmam¹

RESUMO: A inclusão social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) movimentou diversos debates, tanto no contexto escolar, como dentre os profissionais que se empenham em pesquisa e intervenção voltadas para este grupo. Nessa perspectiva, o presente estudo objetivou discutir as práticas esportivas como uma maneira alternativa capaz de promover a inclusão das crianças que possuem esse transtorno, a fim de compreender como a Psicologia do Esporte pode contribuir para essa inclusão, tratando a atividade esportiva como um fator de socialização. As discussões aqui estabelecidas possibilitaram a compreensão do esporte como uma prática que vai além da performance individual, podendo ser entendido em sua capacidade de promover a inclusão social e a cidadania. No que diz respeito às crianças com TEA, foi esclarecido que, utilizando metodologias que considerem as suas potencialidades ao invés de suas limitações, seria possível pensar sua inclusão no e pelo esporte. A Psicologia do Esporte atua, então, como um agente viabilizador da inserção social, sendo capaz de compreender a atividade física e esportiva como instrumento de tratamento, reabilitação e socialização dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Social; Transtorno do Espectro Autista; Esporte; Psicologia do Esporte.

ABSTRACT: The social inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) has been the focus of several debates, both in the school context and among professionals who are engaged in research and intervention aimed to this group. In this perspective, the present study aimed to discuss sports practices as an alternative way to promote the inclusion of children who have this disorder, in order to understand how Sport Psychology can contribute to this inclusion, treating sports as a factor of socialization. The discussions established here allowed the understanding of sport as a practice that goes beyond a individual performance, that can be understood in its capacity to promote social inclusion and citizenship. With regard to children with ASD, it was clarified that using methodologies that considered their potentialities instead of their limitations, it would be possible to think of their inclusion in and by sports. Sport Psychology would then act as an enabling agent for social insertion, able to understand physical and sports activity as an instrument for the treatment, rehabilitation and socialization of individuals.

KEYWORDS: Social Inclusion; Autism Spectrum Disorder; Sport; Sport Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão social é uma recorrente questão que vem atraindo o foco de diversas áreas do conhecimento. A necessidade de criar métodos voltados para os indivíduos que fogem dos chamados padrões de normalidade cresce exponencialmente, visando, desta forma, promover e incentivar o respeito às diferenças, sejam estas de qualquer natureza, a fim de alcançar um nível satisfatório de qualidade de vida e bem-estar social.

Devido à complexidade do assunto, torna-se de suma importância entender o motivo pelo qual a temática desperta tanta atenção e, principalmente, compreender o conceito de exclusão social. O termo é considerado recente e pode ser entendido, como foi esclarecido pela Comissão das Comunidades Europeias citada por Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), como:

¹ Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. deborahhoffmam@hotmail.com

um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação (ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011, p. 221).

Dessa maneira, fica evidente que a inclusão social precisa ser cada vez mais debatida, visando criar estratégias para que esses indivíduos não se mantenham a margem da sociedade ou continuem sofrendo discriminação.

Esta marginalização ocorre de diversas maneiras e sob os mais diversos aspectos. Alguns indivíduos são afastados do âmbito social por pertencerem a níveis socioeconômicos mais baixos, por falta de oportunidades ou até mesmo devido a alguma deficiência ou necessidade especial. Assim sendo, crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) também sofrem com a exclusão, tanto social, como escolar. De acordo com Camargo e Bosa (2009), é fundamental que essas crianças convivam com outras da mesma faixa etária, sobretudo no ambiente escolar, pois, desse modo, tornam-se possíveis os estímulos às suas capacidades interativas e isso impede seu isolamento contínuo.

Fica claro, então, que a inclusão se apresenta como um importante fator no desenvolvimento das crianças com TEA, sobretudo no que diz respeito ao convívio com outras crianças. Sabe-se que o esporte proporciona um espaço em que esta convivência é possibilitada e incentivada. Então, seria o esporte uma maneira de viabilizar a inclusão de crianças com autismo? É o que estamos dispostos a discutir.

A Psicologia do Esporte é uma emergente área de conhecimento e de atuação, que só foi considerada uma especialidade da Psicologia pela American Psychological Association – APA – em 1986 (RUBIO, 2000). Os psicólogos do esporte, além de se preocuparem com o auxílio aos atletas a partir do uso de princípios psicológicos que os ajude a alcançar níveis ótimos de saúde mental e de sua performance, também se interessam em esclarecer como a participação em atividades físicas e esportivas alteram o desenvolvimento psicológico, o bem-estar e a saúde, tanto de atletas como de não-atletas (APA, 1999 apud RUBIO, 2000).

Assim sendo, este estudo objetiva conhecer, de acordo com a percepção dos autores envolvidos, como a Psicologia do Esporte pode viabilizar a inserção social, diminuir os índices de exclusão e contribuir para a formação de cidadãos capazes de levar o aprendizado que o esporte proporciona para os outros âmbitos da vida, sobretudo no que diz respeito às crianças com TEA.

O interesse em escrever sobre a inclusão surgiu a partir de uma pesquisa intitulada “Inclusão Escolar: crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Betim”, realizada entre os anos de 2015 e 2016, por um grupo de alunos do curso de Psicologia da PUC Minas. A pesquisa tratava sobre a inclusão no ensino regular de alunos diagnosticados ou que possuíssem a hipótese de diagnóstico do TEA, procurando descobrir a percepção dos professores sobre a inclusão escolar na cidade de Betim – MG, e as dificuldades e desafios enfrentados pelos mesmos para tratar a diversidade dentro da sala de aula. O estudo foi realizado em seis (06) escolas do ensino público do município.

No decorrer da pesquisa, surgiu o interesse de saber como os professores da disciplina de Educação Física atuavam para promover a inclusão e inserção dos alunos em questão durante suas aulas, uma vez que as atividades esportivas, no geral, demandam interação, comunicação e interpessoalidade e o Espectro Autista é caracterizado justamente pelo prejuízo nas áreas de comunicação e interação social (APA, 2014).

As escolas que participaram do estudo não possuíam um professor de Educação Física específico e isso acabou por tornar inviável a investigação neste sentido, já que os professores geralmente eram os mesmos que ministravam as outras disciplinas dentro da sala de aula e não utilizavam métodos de inclusão voltados especificamente para a realização das atividades esportivas.

Diante do exposto, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica buscando, desta forma, proporcionar uma visão geral do fato investigado, no que diz respeito à inclusão de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA) através de práticas esportivas.

A análise inicial foi realizada a partir da leitura dos títulos e resumos das publicações encontradas, selecionando aquelas que abordavam a temática estudada. Para essas, foram recuperados os textos completos e realizada a leitura na íntegra. Ao final, restaram 14 publicações que foram utilizadas na elaboração deste trabalho, de forma a proporcionar ao leitor uma maior compreensão frente ao tema em questão.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Espectro Autista pode ser entendido como um distúrbio do comportamento, caracterizado por um “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social [...] e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades [...]” (APA, 2014, p. 53). Desse modo, o transtorno compromete os comportamentos de comunicação utilizados para estabelecer uma interação e as habilidades para desenvolver, manter e compreender os

relacionamentos. A intensidade destas limitações funcionais varia conforme especificidades do indivíduo e do ambiente que o envolve, como: a idade, o estágio de desenvolvimento, o acompanhamento médico e o apoio da família.

Os sintomas do TEA são reconhecidos, na maioria dos casos, no segundo ano de vida da criança, dos 12 aos 24 meses. Num primeiro momento, “a descrição do padrão de início pode incluir informações sobre atrasos precoces do desenvolvimento ou quaisquer perdas de habilidades sociais ou linguísticas”. (APA, 2014, p.55) Há também os déficits de ordem motora, como a dificuldade ou ausência de coordenação.

As primeiras considerações de Autismo feitas sob a concepção moderna surgem em 1946, quando Ritvo relaciona-o a um déficit cognitivo e considera-o um distúrbio do desenvolvimento. Antes disso, Leo Kanner o classificava como “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, um conjunto de sinais que, para ele, representavam uma doença específica relacionada a fenômenos da linha esquizofrênica (ASSUMPÇÃO JR; PIMENTEL, 2000). Praça (2011) ressalta que Kanner destacou a dificuldade de interação das crianças com os outros, percebendo que elas apresentavam inaptidão para desenvolver atividades em grupo e estabelecer relações de amizade.

Silva e Mulick (2009) descrevem o TEA a partir de um compartilhamento de sintomas comprometedores de três áreas específicas do desenvolvimento, que são elas: déficit de habilidades sociais, déficit de habilidades comunicativas e presença de comportamentos e atividades restritos, repetitivos e estereotipados. Dessa maneira, os quadros autísticos caracterizam-se por impedimentos graves e crônicos na interação social, comunicação verbal e não-verbal e nos interesses das crianças (ARMONIA, MISQUIATTI, 2011).

Tendo em vista tais características do TEA, faz-se notável que a prática de esportes é um desafio para as crianças que possuem esse transtorno, uma vez que o desporto demanda interações interpessoais entre quem o pratica, formação de equipes e trabalho em grupo. Então, como seria possível pensar maneiras de promover a participação destas crianças em práticas esportivas?

De acordo com Tomé (2007), o uso da Educação Física no ensino da criança com TEA ajuda no desenvolvimento de suas habilidades sociais e na melhoria de sua qualidade de vida. Nas escolas em que a referida pesquisa foi realizada, como supracitado, os alunos não possuíam um professor específico da disciplina de Educação Física, o que revela o despreparo no âmbito da inclusão. Considerando que, para Tomé (2007), o papel do professor de Educação física é fundamental para estimular as necessidades, as possibilidades e as potencialidades da criança, por meio de atividades lúdicas e de jogos esportivos adaptados às necessidades de

cada grupo, fica claro que nestas escolas a inclusão não vem sendo exercida de maneira satisfatória, de modo que as diversidades são negligenciadas, deixando lacunas no que diz respeito aos benefícios que a prática esportiva pode trazer para os alunos com TEA.

3 A INCLUSÃO SOCIAL

3.1 Pensando a inclusão no contexto brasileiro

A sociedade brasileira é marcada desde os primórdios por desigualdades e injustiças sociais. Se analisarmos historicamente, em diversos momentos será possível perceber a estrutura segregadora do Estado, que organizou uma divisão binária da sociedade, classificando os indivíduos entre ricos e pobres; superiores e inferiores; dominantes e dominados. Até os dias de hoje é possível identificar fortes vestígios da herança excludente, ainda que hajam diversas políticas públicas lutando contra ela.

Quando se fala de pessoas com necessidades especiais, esta exclusão é ainda mais evidente. De acordo com Maciel (2000), a sociedade sempre marginalizou as pessoas com necessidades especiais, discriminando-as, tratando-as sem respeito e desprezando seus direitos. A autora ainda ressalta que as comunidades, as famílias e a sociedade como um todo tem pouco conhecimento de deficiências, o que acaba por desvalorizar o potencial e as habilidades das crianças que possuem alguma necessidade especial.

Para Maciel:

não existe uma política efetiva de inclusão que viabilize planos integrados de urbanização, de acessibilidade, de saúde, educação, esporte, cultura, com metas e ações convergindo para a obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito dos portadores de deficiência (MACIEL, 2000, p. 53).

No que diz respeito ao Transtorno do Espectro Autista, essa situação é ainda mais agravante. O diagnóstico dos casos de TEA são realizados tardiamente no Brasil, seguindo em aberto até os 6 ou 7 anos de idade, ou por mais tempo (SILVA; MULICK, 2009). Esta demora é um dos fatores que interfere diretamente na inclusão destas crianças, uma vez que, se não reconhecidas suas necessidades, não será desenvolvido um projeto para incluí-las socialmente, ou seja, se muitas vezes os pais nem sabem que seus filhos são portadores do TEA, como vão agir para buscar a inclusão e integração dos mesmos?

A exclusão social representa uma situação de negação da igualdade entre os indivíduos de uma sociedade. Para mudar esse quadro, é necessária a criação de projetos de inclusão que visem reverter esta lógica, elevando as pessoas que se encontram em uma condição de vulnerabilidade ao mesmo patamar que os demais, por meio do reconhecimento da existência das diversidades e da necessidade de tratá-las de modo adequado. Proporcionando igualdade na educação, acesso a bens e serviços sociais, emprego e valorização, seria então possível pensar em uma sociedade inclusiva (ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011), que teria como foco principal o trabalho voltado para um tratamento das diferenças entre os indivíduos, possibilitando a criação de um contexto integrativo e pautado por noções de igualdade social.

Tendo em vista que o histórico do Brasil é fortemente segregador, o desporto, então, acaba por reproduzir esta situação característica do país, se mostrando, na grande maioria das vezes, a serviço das classes dominantes, com injustiças e desigualdades cada vez mais evidentes. Isso acontece porque, de acordo com Silva (2007), o esporte, a partir do século XX, se transformou em um fenômeno social fortemente marcado pela sociedade moderna, se aderindo à lógica capitalista, caracterizando-se por concentrações de renda altíssimas, o que demarca e evidencia as profundas desigualdades sociais que já conhecemos.

A partir desta organização capitalista da sociedade, em que se ensina as pessoas a se esforçarem, irem atrás de seus objetivos sem medir esforços, sob o discurso de que todos têm as mesmas chances e que o melhor e mais dedicado vence, foi que o esporte se desenvolveu e se firmou. Será então que o desporto funciona apenas sob esta lógica de meritocracia e consequente exclusão dos considerados inaptos e inadequados?

Muitas vezes, o esporte é visto de maneira simplista, apenas como um meio para a ascensão social e formação de futuros atletas. Pode ser que isso ocorra porque, de acordo com Silva (2007), o acesso à prática esportiva ainda “é restrito, elitizado e pouco educativo para a formação da construção de indivíduos capazes de se relacionar de forma cidadã com o mundo que os cerca” (SILVA, 2007, p. 3). Entretanto, ainda segundo o autor, há anos existem atuações e estudos sobre a situação dos projetos sociais que se utilizam do esporte como principal ferramenta no processo de educação para a cidadania na perspectiva de planos de uma nova sociedade.

Diante do exposto, é sobre esta capacidade do esporte de promover a inclusão social e formação do cidadão que refletiremos daqui pra frente, com o olhar focalizado nos benefícios que o mesmo pode trazer para o desenvolvimento da criança com o Transtorno do Espectro Autista.

3.2 Esporte: inclui ou exclui?

É sabido que o esporte pode ser utilizado como uma ferramenta minimizadora dos impactos negativos causados pela exclusão social, uma vez que proporciona a socialização e integração do indivíduo na sociedade (VIANNA; LOVISOLO, 2011) e, assim, pode retirar as pessoas da condição de marginalização, promovendo a inserção social no que diz respeito ao exercício da cidadania e possibilitando aos atletas a aplicação dos ensinamentos e valores aprendidos com o esporte nos demais âmbitos de sua vivência.

A Educação Física e o Esporte poderiam, então, ser um fator de inclusão do indivíduo na sociedade, pelo meio do qual ele poderia firmar suas relações e interações com os outros, estabelecendo, assim, uma integração social, capaz de bater de frente com a exclusão (MARTINS, 1992).

Porém, é preciso discutir em que as práticas esportivas podem colaborar para esta integração, em quais aspectos e quais medidas precisam ser tomadas. De acordo com Martins (1992), a utilização do esporte na quebra de determinadas barreiras seria um dos primeiros pontos a serem pensados. O autor enxerga a integração como um processo interior, que proporcionaria ao indivíduo a “quebra da barreira consigo mesmo” (MARTINS, 1992, p.68), levando-o a se deparar com possibilidade de vencer seus próprios limites, executando tarefas compatíveis com sua limitação, seja ela de natureza física ou mental.

Segundo Martins (1992), quando pessoas com deficiência ou necessidade especial praticam esportes, o que mais se percebe por parte dos profissionais é uma preocupação com a performance e com a padronização de movimentos, o que não respeita a individualidade de cada sujeito, nem sua limitação e muito menos suas potencialidades e habilidades. Poderíamos dizer, então, que isso contribui para o afastamento das pessoas que possuem alguma deficiência física ou distúrbio motor ou sensorial da realização de práticas esportivas, dificultando ainda mais essa quebra de barreiras proposta pelo autor.

Martins (1992) pontua que na educação esportiva de pessoas com necessidades especiais devem se utilizar métodos que possibilitem a eles desenvolverem suas potencialidades individuais, e não apenas a padronização e a repetição de movimentos.

No que diz respeito ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), se junta a esses obstáculos também a dificuldade na interação, característica do distúrbio, que prejudica ainda mais a realização de atividades esportivas, que, de maneira geral, demandam interpessoalidade e trabalho em equipe.

Tomé (2007), em diálogo com as ideias expostas por Martins (1992), ressalta que o trabalho do professor de educação física, quando voltado para o aluno com TEA, não deve se concentrar somente no ensino do movimento técnico e no aprimoramento físico, uma vez que o professor está envolvido no processo de aprendizagem e de socialização, em que o mais importante é auxiliar o aluno no conjunto de interações sociais, comportamento e comunicação, bem como na aprendizagem social e no auxílio no desenvolvimento motor.

A inclusão esportiva só ocorreria, então, depois de haver uma compreensão da especificidade e da necessidade de cada sujeito, no que diz respeito às suas características individuais, suas limitações e suas dificuldades. Entendendo a demanda, o profissional seria capaz de criar metodologias alternativas no ensino do esporte, que superassem o preconceito e a exclusão, para então promover um espaço em que o objetivo seria o avanço no convívio social, comunicativo e comportamental (TOMÉ, 2007), ajudando no desenvolvimento e nas interações das crianças com TEA.

Entretanto, o cenário atual está bem distante de alcançar este patamar. Quando se fala em alunos com necessidades especiais, os professores que atuam em escolas deferem críticas à sua formação acadêmica, queixando-se de não terem recebido formação para trabalhar com as crianças ou adultos que possuem alguma deficiência (MARTINS, 1992). As reclamações dos professores, segundo o autor, são de que as instituições por que passaram ignoravam quase que completamente a existência das necessidades especiais, levando em consideração somente o chamado homem ideal: forte, sadio, bem alimentado e com plenas condições de realizar os movimentos de maneira perfeita durante a prática esportiva. Haveria, então, um distanciamento entre a proposta política e pedagógica das universidades da realidade objetiva em que estão inseridas, uma vez que o ensino pouco considera o cenário fora dos muros das universidades (MARTINS, 1992).

Na prática, é possível identificar facilmente esse distanciamento citado pelo autor. Considerando a pesquisa realizada no ensino público de Betim-MG, os professores entrevistados não se sentiam preparados para trabalhar com crianças portadoras do TEA, ressaltando as lacunas de sua formação acadêmica, que não ofereceu suporte para a realização de um trabalho inclusivo com crianças portadoras de necessidades especiais. É o que pode ser percebido em um trecho de uma das entrevistas feita com um professor, que, quando perguntado acerca do que é preciso para promover a inclusão dos alunos com TEA, relatou ser fundamental que os professores e funcionários da escola fossem capacitados, que tivessem recursos necessários para o atendimento do aluno de inclusão. O professor também ressaltou que a formação do profissionais deve ser adequada, mais voltada para a criança com autismo.

Martins (1992) ressalta que para resolver o problema da formação dos professores não bastaria apenas incluir algumas disciplinas no currículo das universidades, pois isso “serviria apenas como uma medida política e estritamente provisória” (MARTINS, 1992, p. 71). Esta questão é muito mais abrangente e seria necessário que todo um corpo docente atuante nos cursos de Educação Física entendesse que as questões relacionadas ao trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais deveriam estar implícitas em todos os conteúdos lecionados ao longo da formação.

Pode-se dizer que, além dos problemas da formação acadêmica, para que o processo de inclusão pelo esporte se encaminhe, são necessárias modificações nas metodologias utilizadas pelos educadores (MARTINS, 1992), disponibilizando recursos que auxiliem o sujeito na aprendizagem, mesmo que dentro de suas limitações. De acordo com Lopes citado por Tomé (2007), a criança com TEA aprende melhor vendo do que ouvindo, isto é, sua aprendizagem visual é mais desenvolvida. Sendo assim, a melhor maneira de ensino para esse público é através da demonstração do que precisa ser feito, até que a criança consiga executar a tarefa sem ajuda do professor. Percebe-se, dessa maneira, que é necessária a adoção de metodologias específicas, para que a criança consiga absorver aquilo que lhe está sendo ensinado e, assim, executar a atividade física.

Tomé (2007) ressalta alguns fatores importantes na hora de se pensar a metodologia de trabalho com crianças que possuem o TEA. De acordo com o autor, o professor de Educação Física pode utilizar atividades cíclicas no ensino destes alunos, como natação, bicicleta ergométrica, circuitos, enfim, atividades que não demandem um repertório de comportamentos muito vasto e que, por serem repetitivas, são mais fáceis de serem aprendidas, já que uma das características principais do autismo é a justamente a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados, como já foi visto. O local em que essas atividades são desenvolvidas também deve ser considerado. O ideal, para Tomé (2007) é que haja pouco estímulo visual no lugar em que a atividade está sendo executada, para que a criança não se distraia e perca o interesse naquilo que está fazendo.

Em vista de tudo isso, é possível perceber que o esporte pode sim ter um caráter inclusivo, se trabalhado de maneira a respeitar a individualidade de cada sujeito e, assim, a diversidade. Para Martins (1992) há uma recorrente busca de alternativas que atendam ao portador de deficiência e necessidades especiais não somente por uma metodologia de “ajuntamento”, em que essas crianças seriam consideradas em conjunto com as demais, sem o olhar específico voltado para a realidade de cada uma. A preocupação do educador precisa ser com a busca do que a pessoa pode fazer, e não com suas limitações.

4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO ESPORTE PARA A INTEGRAÇÃO

A Psicologia do Esporte durante muito tempo esteve atrelada a uma lógica excludente, uma vez que é sabido que a ciência se desenvolve de acordo com o contexto no qual está inserida. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), houve uma época em algumas pessoas envolvidas na Psicologia mantinham relações com a elite brasileira, acreditando que a ciência psicológica poderia colaborar no projeto de modernização da sociedade (SILVA, 2007).

Entretanto, ainda de acordo com o autor, a partir do aprofundamento dos estudos a Psicologia do Esporte, têm-se entendido cada vez mais que o esporte, em um contexto sócio-político, “pode ser um instrumento de interpretação da realidade, por meio da discussão e da reflexão crítica de sua prática concretizada na atuação direta das ações educativas e socializadora” (SILVA, 2007, p. 3). Isto significa que a Psicologia do Esporte vem depositando seu olhar sobre as necessidades da sociedade, no que diz respeito à educação e à socialização das pessoas por meio das práticas esportivas.

O que vem sendo sugerido há algum tempo é que onde houver ser humano se desenvolvendo no esporte ou através da atividade esportiva, haverá espaço para a atuação do profissional da Psicologia do Esporte, e sua presença será de fundamental importância (SILVA, 2007). Ora, se a proposta é possibilitar a inclusão e a integração social de crianças com Transtorno do Espectro Autista por meio de práticas esportivas, fica claro que também se abre espaço para a atuação do profissional neste contexto.

Dessa maneira, torna-se necessário uma nova estruturação, que se atente à especificidade do público atendido e a metodologia utilizada (SILVA, 2007). O esporte pode atuar, então, como um facilitador do processo educativo e da socialização do público alvo, além de ampliar as possibilidades de atuação profissional.

Strohkendl (1995), citado por Markunas (2000), compreende a utilização da prática esportiva como uma possibilidade de promover a integração social de pessoas com necessidades especiais, ressaltando que o indivíduo pode descobrir, por meio do esporte, seu potencial individual, além de enxergar nele uma possibilidade de ser reinserido socialmente. Em vista disso, a atividade esportiva poderia funcionar como uma ferramenta em programas de reabilitação de pessoas com comprometimentos físicos ou mentais.

O trabalho do psicólogo em programas de reabilitação e integração, de acordo com Markunas (2000), pode fazer uso de diferentes estratégias, procurando enfatizar o trabalho

com grupos sempre que possível. Considerando as limitadas capacidades de interação do portador do TEA, este trabalho grupal seria um obstáculo a ser superado, mas poderia trazer benefícios para o desenvolvimento do paciente, principalmente no que diz respeito àquele quebra de barreiras que já foi discutida anteriormente, pois possibilitaria convivência e estimularia suas capacidades interativas (CAMARGO; BOSA, 2009).

Compreende-se, pois, a atuação do psicólogo junto às populações especiais como uma extensão do campo, em que a Psicologia do Esporte se situa próxima de um cenário em que a atividade física se mostra como instrumento de tratamento, reabilitação ou socialização dos indivíduos (MARKUNAS, 2000). Nesse processo de inserção social por meio da prática esportiva, estarão presentes profissionais de diversas especialidades, compondo equipes multidisciplinares, buscando atender da melhor forma o sujeito em questão. Isso significa que, para a integração da criança com TEA ocorrer, é necessário o acompanhamento de diversos profissionais e não somente do psicólogo e dos professores envolvidos em seu ensino. Ou seja, o trabalho de fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psiquiatras podem se fazer necessários para acompanhar criança e, assim, auxiliar seus responsáveis no processo de inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui colocadas contribuíram para a compreensão do esporte como uma prática que extrapola o rendimento, a performance e a realização dos movimentos, que possibilita o olhar sobre a inclusão e a valorização daquilo que é comum, daquilo que os atletas e não-atletas conseguem realizar, capaz de exaltar as semelhanças e deixando as diferenças e limitações pessoais em segundo plano.

A prática esportiva, então, interpretada e utilizada de maneira mais humanista, pode promover a construção de valores pessoais, a capacidade de superar seus próprios limites, o saber lidar com vitórias e derrotas e, assim, possibilitar a inserção social e a cidadania, já que os atletas podem fazer uso do aprendizado advindo do esporte nos demais âmbitos de sua vida.

No que diz respeito às crianças com TEA, ficou claro que é possível pensar maneiras de inseri-las nas atividades esportivas, por meio de metodologias específicas que atendam suas necessidades e limitações. Para isso, entretanto, seriam necessárias mudanças no que diz respeito ao contexto escolar que estas estão participam, visto que muitas vezes as escolas não oferecem uma estrutura que colabore para a inclusão esportiva e considerando também as lacunas que podem ser observadas nas formações dos professores.

Diante de tudo isso, a Psicologia do Esporte viria a ser pensada não somente a partir das técnicas de intervenção com os atletas para alcançar seu nível ótimo de rendimento, mas como um instrumento viabilizador dessa inserção social, no que diz respeito à socialização dos indivíduos, a partir de trabalhos multidisciplinares e com a família. Ainda que haja muito para se pensar e se construir nesse aspecto, a Psicologia do Esporte poderia contribuir na realização de atividades grupais, em que as dificuldades interativas dos indivíduos com TEA seriam trabalhadas por meio da prática esportiva.

REFERÊNCIAS

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

APA (American Psychiatric Association); tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et. al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... et. al. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARMONIA, Aline Citino; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. Caracterização do perfil comunicativo de crianças com distúrbios do espectro autístico com diferentes interlocutores. **Rev. CEFAC**, vol.13, pp.831-837,2011.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462011000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2015.

ASSUMPCÃO JR, Francisco B.; Pimentel, Ana Cristina M. Autismo infantil. **Rev. Bras. Psiquiatr.** vol.22, São Paulo, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2015.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicol. Soc.** vol.21. Florianópolis Jan/Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000100008&script=sci_arttext> Acesso em: 18 ago. 2015.

MACIEL, Maria Regina Cazzanoga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 out. 2016.

MARKUNAS, Marisa. Reabilitação esportiva ou esporte como reabilitação? Cap. 10. p. 139-153. In: RUBIO, Katia. **Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 170p.

MARTINS, Alberto. Participação e integração da criança portadora de deficiência no esporte. Cap. 6. p. 67-74. In: MONTADON, Isabel. **Educação física e esporte nas escolas de 1º e 2º graus**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Villa Rica, 1992. 135p.

PRAÇA, Élide Tamara Prata de Oliveira. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011. 140f. Dissertação. (Mestrado em Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-E-lida.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

RUBIO, Katia. **Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SILVA, Fábio Silvestre da. Projetos sociais em discussão na psicologia do esporte. **Rev. bras. psicol. esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 01-12, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 out. 2016.

SILVA, Micheline; MULICK, James A.. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 116- 131, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2016.

TOMÉ, Maycon Cleber. A educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal dos autistas. **Movimento & Percepção**, v. 8, n. 11, pp. 231-248, jul/dez 2007. Disponível em: <<http://ferramentas.unipinhal.edu.br/movimentoepercepcao/include/getdoc.php?id=466&article=158&mode=pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 25, n.2, pp. 285-96., abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n2/10.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.